

**ATA DA AUDIÊNCIA Nº 001/SEAP-AM/2019**

1  
2 Ao décimo sexto (16) dia do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dez (10) horas, no Auditório da  
3 Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, sito à Rua Gabriel Salgado, S/Nº, Prédio  
4 Cônego Gonçalves de Azevedo, Centro – Manaus/AM, reuniram-se em sessão de audiência pública os  
5 representantes legais da Secretaria de Administração Penitenciária, **MARCUS VINICIUS OLIVEIRA**  
6 **DE ALMEIDA** – Secretário de Estado de Administração Penitenciária – SEAP; **PAULO CESAR**  
7 **GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR** – Secretário Executivo – SEAP; **ANDRÉ LUIZ BARROS**  
8 **GIOIA** – Secretário Executivo Adjunto – SEAP; bem como os senhores e senhoras abaixo assinados  
9 conforme lista de presença. A discussão desta Audiência Pública referiu-se ao novo projeto básico de  
10 **contratação de serviços técnicos especializados e atividades materiais acessórias, instrumentais e**  
11 **complementares à administração e operacionalização de unidades penitenciárias, incluindo**  
12 **atividades de ressocialização**, para as oito unidades prisionais de Manaus e Itacoatiara, dentre elas:  
13 Complexo Penitenciário Anísio Jobim - COMPAJ, Penitenciária Feminina de Manaus - PFM, Centro  
14 de Detenção Provisória Feminino - CDPF, Centros de Detenção Provisória Masculinos I e II – CDPM I  
15 e CDPM II, Unidade Prisional do Puraquequara - UPP, Instituto Penal Antônio Trindade - IPAT e  
16 Unidade Prisional de Itacoatiara - UPI. O projeto foi elaborado pela Fundação Getulio Vargas com o  
17 objetivo de tornar o processo de contratação e execução mais transparente, de menor custo e mais  
18 eficiente, conforme determinação do Governador Wilson Lima. Foi apresentado o detalhamento do  
19 projeto básico aos representantes de órgãos de controle, do Judiciário, do Legislativo e de toda a  
20 sociedade. Entre as principais medidas, está a proposta de realização de uma licitação para o serviço  
21 acima descrito, das oito unidades prisionais agrupadas em três lotes, com o objetivo de oportunizar que  
22 mais de uma empresa preste o serviço. A proposta é realizar uma licitação com prazo de trinta meses,  
23 cada contrato discriminando a composição de custos para dar transparência ao que de fato o Estado  
24 estará pagando nas novas contratações. Para isso, serão discriminadas despesas de custos fixo e  
25 variáveis, bem como haverá um novo dimensionamento da necessidade de mão de obra para atender  
26 cada unidade prisional. O projeto básico também levou em consideração as medidas exigidas por órgãos  
27 de controle, dentre as medidas está a obediência à Resolução nº 3, de 5 de outubro de 2017, do Conselho  
28 Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP).  
29 A cerimonialista da SEAP, Sra. Neily Burgos, deu início à sessão convocando os senhores com as  
30 devidas apresentações, Cel. Vinicius dá as boas-vindas a todos e faz a explicação da metodologia a ser  
31 executada na sessão, que será realizada, impreterivelmente, das 10 até as 13h. Na sequência faz uma  
32 breve atualização concernente à população do Sistema Prisional. Passa a oportunidade ao Sr. José  
33 Eduardo Quintella – FGV, que explica como o projeto será elaborado. Cel. Vinicius apresenta os 11  
34 temas a serem contemplados nesta sessão. 1 Licitação e Prazo Contratual: será na Modalidade  
35 Concorrência – de acordo com a Lei 8.666/1993 com as alterações do Decreto 9.412/2018; Tipo:

36 Técnica e Preço: Diversos serviços distintos serão realizados ao mesmo tempo; Relação equilibrada  
37 entre o valor a ser pago pelos serviços e sua qualidade técnica; Prazo do Contrato: 30 meses; 2- Critérios  
38 de Avaliação – avaliação técnica (Avaliar a capacitação da Cogestora que irá fornecer os serviços) e  
39 financeira; 3- Lotes - agrupamento das Unidades em Lotes (serão agrupados em 3 lotes, permitindo que  
40 mais de uma Empresa forneça os serviços às Unidades); 4 - Manutenção – predial, materiais e  
41 equipamentos – composição da nota fiscal de serviços prestados; 5 – UBS – explica a consultora da  
42 FGV, Julianna Oliveira que as Unidades Básicas de Saúde respeitarão a legislação do MS do qual os  
43 recursos são enviados; 6- Kits dos reeducandos – padronização para todas as Unidades; 7 – Vigilância  
44 patrimonial – exigência da presença de profissionais de vigilância nas Guaritas, exclusivamente para  
45 guarnição das guaritas e muralha; O Secretário Vinicius explica que uma das cláusulas do Contrato,  
46 prevê que, no caso de acontecer concurso público para agentes prisionais, o contingente do setor privado  
47 será reduzido para receber estes agentes do Estado; 8- Composição dos custos – custo fixo; custo variável  
48 e custo preso atendendo a legislação em vigência; 9- Fiscalização – ações sendo elaboradas atendendo  
49 às recomendações e requisitos legais a fim de dar transparência às obrigações da empresa e à respectiva  
50 fiscalização sob a Lei 4.730/2018; Recurso Humanos – contratação de mão de obra carcerária em  
51 substituição às atividades realizadas pelas prestadoras de serviço, resultando na redução do número de  
52 profissionais a serem contratados. (atualmente existem 1.180 internos trabalhando); 10 – Controle e  
53 Monitoramento – emprego de tecnologias de vigilância e identificação facial; canil; automação das  
54 gaiolas; sala de vídeo conferência; medicação; assistência jurídica às famílias pela Defensoria Pública  
55 do Amazonas; Atendimento às Famílias: transporte e condução das famílias até às Unidades Prisionais  
56 e o retorno até o pré-filtro na entrada do ramal; alimentação será fornecida de acordo com a Resolução  
57 nº 3, de 05 de outubro de 2017; 11 - Sistema de Gestão – sistema integrado com as informações do perfil  
58 do preso compartilhado com o TJ AM, integração com o sistema de agendamento de visitas. Foi feito  
59 um intervalo de dez (10) minutos para a elaboração das perguntas. Retoma-se a sessão com o Secretário  
60 Vinicius O. de Almeida que fez a leitura das perguntas:

61 Ministério Público AM - Solicita saber a quem caberá a manutenção dos bens e patrimônios do Estado  
62 como veículos; equipamentos de segurança? // A manutenção referente ao ambiente relativo à guarda, à  
63 cozinha e montagem dos alimentos destinados aos internos, será de responsabilidade do Estado ou da  
64 empresa contratada? // Sobre a vigilância na muralha, com o concurso público haverá previsão de  
65 substituição pelo agente concursado, visto que a finalidade da atuação do agente penitenciário é diversa,  
66 cumprindo o dever do Estado em garantir segurança a partir de uma posição estratégica que é a muralha?  
67 // Há previsão de ser instituída auditoria interna ou controle interno, no âmbito da SEAP, que possa  
68 avaliar a fiscalização destes contratos?

69 O Secretário da SEAP, TC Vinicius Almeida respondeu que toda manutenção caberá à empresa licitante  
70 ganhadora da concorrência; quanto à Vigilância da Muralha, o Estado assumirá as substituições,  
71 havendo o Concurso Público;

72 Quanto à Auditoria Interna, o Sec. Executivo responde que todas as etapas do processo licitatório já são  
73 fiscalizadas pela Auditoria Interna da SEAP.

74 Empresa REVIVER - Sr. Odair Conceição (referente à composição de custos): Considerando que nada  
75 poderá entrar de materiais e alimentos pelos familiares, seria possível prevê o fornecimento de um lanche  
76 para cada visitante, tendo em vista o tempo que a família leva no processo de visita? O Secretário  
77 Vinicius responde que esta é uma possibilidade a ser implementada. / Será necessário a substituição de  
78 100% da mão de obra no intervalo interjonada, ou o edital poderá prever que esse intervalo será feito  
79 sem substituição, mediante escala que assegura a continuidade do servidor, pois essa medida causaria  
80 economia para o Estado? O Sec. Vinicius responde que a contratada jamais poderá permitir que os postos  
81 fiquem sem a cobertura dos vigilantes, independente de eventuais faltas, férias, descanso semanal,  
82 devendo comunicar, por escrito e com antecipação, a substituição de empregado que esteja de serviço  
83 para a contratante.

84 Empresa UMANIZZARE - GESTÃO PRISIONAL PRIVADA //Tema: Vigilância Patrimonial - Na  
85 composição de custos, o item “medicamentos” consta como “custo do preso”, entretanto, foi citado que  
86 para ocasião de possível desabastecimento de medicamentos que são de responsabilidade do Estado a  
87 contratada teria que suprir esta falta? Sendo assim, neste caso específico deve ser considerado como  
88 “Custo Variável”? Sec. Vinicius responde que a questão dos medicamentos depende do tamanho da  
89 Unidade e de suas demandas; este é um ponto que impacta na fiscalização e dependendo das  
90 peculiaridades da Unidade será considerado como Custo fixo. // Tema: Outros Itens - Sobre a  
91 alimentação, serão fornecidas de fato cinco refeições por dia? Sec. Vinicius, respondo afirmativamente  
92 para as cinco refeições. No que se refere aos lotes, já existe definição das unidades que farão parte de  
93 cada lote? Sec. Vinicius responde que ainda não foram definidos. Na oportunidade o Secretário enfatiza  
94 que no quesito preços para licitação, todos devem levar em conta a realidade nacional.

95 Empresa REVIVER/ Sr. Odair Conceição - Tema: Outros Itens - O Núcleo de Atendimento Profissional  
96 da DPE/AM, criado no dia 01/07/2019, passará a prestar atendimento jurídico ao preso de forma  
97 permanente e diária dentro das unidades prisionais? O Secretário Executivo responde que a pergunta se  
98 auto responde, e enfatiza que a Defensoria estará realizando seu trabalho de acordo com o previsto em  
99 Lei. Informa ainda que o NAP, conforme previsto, realiza 30 atendimentos por dia – num total de 2.800  
100 atendimentos mensais, o que pode passar para 4.200 por mês com traslado e segurança previstos no  
101 Contrato.

102 O Defensor Público presente nesta Sessão, Dr. Theo Eduardo Costa, relata que conseguiu fazer um  
103 mutirão no IPAT com 570 atendimentos e os mesmos foram realizados com agilidade e segurança;

104 informa que quando passou para o CDPM II, realizou um total de 487, pois foi difícil manter a  
105 quantidade de atendimentos devido as condições da Unidade; a preocupação é garantir um traslado  
106 rápido feito com segurança até o posto da Defensoria.

107 O Sr. Odair (REVIVER/COMPAJ) parabeniza ao Governo do Estado e a SEAP pela ação de realizar  
108 essa Audiência Pública; e explica a pergunta anterior: “Está previsto que a Defensoria Pública faça a  
109 assistência jurídica do interno, não havendo advogados da contratante. Por nossa experiência esse  
110 modelo dará sérios problemas nas unidades, por ser essa assistência vital para os internos e é sabido que  
111 a defensoria não dispõe de profissionais em número adequado que assegure essa segurança com  
112 consequências graves para a segurança dos presídios, razão pela qual propomos que seja previsto  
113 advogados fornecidos pela contratada em apoio à defensoria”. A esta explanação, o Defensor Público  
114 respondeu que não poderia responder pelo Defensor Público Geral, mas acredita que não será possível  
115 receber assessoria externa.

116 A Promotora de Justiça, Dra. Christianne Corrêa – parabeniza a Defensoria e corrobora com a fala do  
117 Defensor Público e ressalta de modo positivo a iniciativa da audiência. E enfatiza a questão da presença  
118 de advogados na estatística.

119 O Sr. Lucas Maceda, Diretor do CDPM II, ressalta que a Unidade a qual dirige tem características  
120 diferentes de todas as outras, principalmente do IPAT. Portanto, quanto às questões colocadas pelo  
121 Defensor, não tem como fazer uma comparação, principalmente porque numa ação como as dos  
122 mutirões, leva-se em consideração a quantidade dos internos, a estrutura e a segurança.

123 Empresa DALMAXIS - Tema: Vigilância Patrimonial: No caso de um disparo por arma de fogo da  
124 segurança armada privada, quem responde? Quanto a Contratação de vigilância patrimonial armada, o  
125 Secretário Vinicius enfatiza que será exclusivamente para preservação do patrimônio – o Secretário  
126 também explica que, no CDPM II, ainda não possui um GIP e, por isso, a necessidade premente de uma  
127 segurança armada;

128 Com relação a presença de Advogados, existe inequivocamente a necessidade de contratação para  
129 estarem presentes no setor de estatística e informa que essa também é uma preocupação da SEAP.

130 Empresa SOCIALIZA EMPREENDIMIENTOS - Tema: Manutenção; Kits do Reeducando e Outros  
131 Itens: Na concepção de que o encontro íntimo deve ser realizado em local fora do pavilhão das celas,  
132 até em função da preservação dos familiares, as obras de adequação e ou criação destes espaços poderão  
133 ser realizadas e ressarcidas à empresa pela SEAP? O Secretário da SEAP, respondeu que está em estudo  
134 a possibilidade.

135 Com relação aos Kits dos Reeducandos, a entrega dos mesmos é feita na porta da entrada, onde, em  
136 alguns casos, a permanência do interno é muito rápida. O pagamento do Kit à empresa será unitário por  
137 entrega? Secretário Vinicius explica que a entrega acontece no CRT – sugere que haja a entrega de trajés  
138 provisórios para depois serem repassados os permanentes pela Empresa.

139 A Empresa SOCIALIZA EMPREENDIMENTOS pergunta se toda a parte jurídica será exclusiva da  
140 Defensoria Pública, ou seja, não haverá advogado da empresa para apoio à DPE? Segundo o Defensor  
141 Público é provável que não haverá advogados externos, como dito anteriormente.

142 A Empresa SOCIALIZA EMPREENDIMENTOS pergunta “quanto ao Termo de Referência, item 2.11,  
143 o termo Poder Concedente não deveria ser substituído por Contratante?”. Foi respondido pela FGV que  
144 será substituído.

145 A Empresa SOCIALIZA EMPREENDIMENTOS pergunta “o acordo coletivo, para fins de revisão  
146 contratual, deverá ser celebrado com os diversos SINDICATOS ou apenas com aquele que tem a  
147 CATEGORIA PROFISSIONAL PREPONDERANTE, ou seja, os Monitores de Ressocialização. O  
148 Sec. Vinicius responde que os acordos serão realizados com o Sindicato de cada Categoria. O  
149 representante da SOCIALIZA ressaltou que os acordos realizados com as categorias geralmente  
150 aumentam os preços.

151 O Sr. Odair Conceição, da Empresa REVIVER, informa que os sindicatos que trabalham junto às  
152 Unidades Prisionais já realizam esses acordos e atendem aos anseios das categorias, sem maiores  
153 prejuízos. Questiona se, por ocasião da nova contratação e em virtude dos sindicatos das categorias ainda  
154 não terem fechado o CCT 2018/2019, poderia existir previsão contratual assegurando o equilíbrio  
155 contratual? O Sec. Vinicius respondeu que a demanda será analisada pela FGV.

156 O Sr. Odair Conceição também parabeniza a SEAP pela transparência e o excelente Material produzido  
157 e disponibilizado que contribuirá para uma contratação muito positiva.

158 A Empresa SOCIALIZA EMPREENDIMENTOS questiona a respeito do item 5.2 do edital em que fala  
159 de serviços realizados, **preferencialmente**, dentro das dependências. A dúvida é se haverá serviços  
160 externos. O Secretário Vinicius informa que sim, como manutenção de maquinário e outros;  
161 principalmente na questão da cozinha do IPAT quando a Empresa contemplada deverá fazer visita  
162 técnica, a fim de que haja os devidos melhoramentos.

163 Andréia Koch, representante da Empresa EMBRASIL solicita ao Secretário, tendo em vista o que foi  
164 dito pelo Defensor Público quanto à assistência ao atendimento do Mutirão nas Unidades IPAT e CDPM  
165 II, referentes ao tempo do traslado e segurança, que seja contemplado no Edital licitatório os Projetos  
166 “AS BUILT” de cada Unidade para que tenha isonomia de gestão entre as empresas licitantes para um  
167 melhor dimensionamento dos projetos.

168 Antonio Jorge – Sind. dos Penitenciários do Amazonas – parabeniza ao Secretário e ao Governo do  
169 Estado pela iniciativa e pergunta se haveria a possibilidade do cumprimento do art. 70 da LEP, em que  
170 os servidores efetivos poderiam ser aproveitados nesse processo – Sec. Vinicius informa que a pergunta  
171 foge ao tema da audiência, mas que será anotado e numa próxima oportunidade será respondida.

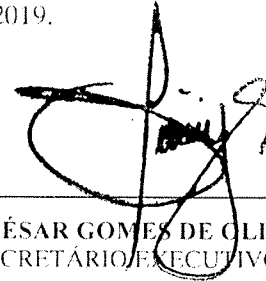
172 Não havendo mais nenhum questionamento, a reunião foi dada por encerrada pelo Secretário Marcus  
173 Vinicius Oliveira de Almeida, às 11 horas e 40 minutos. Sendo esta ATA assinada pelos representantes  
174 legais da SEAP e FGV.

175 Manaus, 16 de agosto de 2019.

176  
177  
178  
179  
180

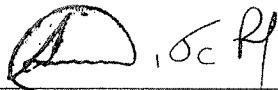


181 **MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
182 SECRETÁRIO DE ESTADO DE  
183 ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP

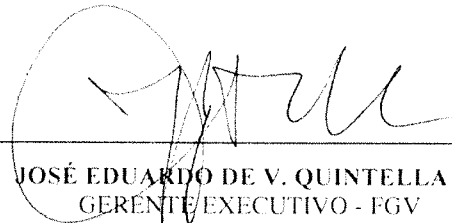


**PAULO CÉSAR GOMES DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO - SEAP

184  
185  
186  
187  
188

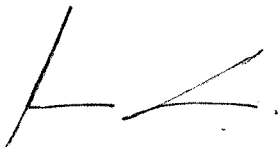


189 **ANDRÉ LUIZ BARROS GIOIA**  
190 SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO – SEAP

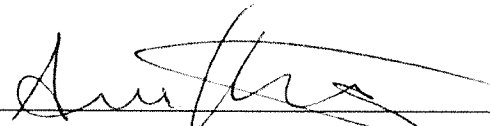


**JOSÉ EDUARDO DE V. QUINTELLA**  
GERENTE EXECUTIVO - FGV

191  
192  
193  
194  
195



196 **MARCUS C. FERRENTINI SAMPAIO**  
197 COORDENADOR – FGV



**ANDRÉ LUIZ MELLO E SILVA DE L. BRANDÃO**  
COORDENADOR – FGV

198  
199  
200  
201  
202



203 **JULIANA P. A. OLIVEIRA**,  
204 CONSULTORA - FGV